

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	43
--	----

Motivos de Reapresentação	44
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	22.357.847.595
Preferenciais	0
Total	22.357.847.595
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	798.977	792.424
1.01	Ativo Circulante	39.049	44.884
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	22.173	27.347
1.01.03	Contas a Receber	12.282	13.625
1.01.03.01	Clientes	12.209	13.625
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	73	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.037	1.808
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.037	1.808
1.01.07	Despesas Antecipadas	518	874
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.039	1.230
1.01.08.03	Outros	2.039	1.230
1.02	Ativo Não Circulante	759.928	747.540
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.904	7.515
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.579	7.269
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.579	7.269
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	325	246
1.02.03	Imobilizado	7.584	6.515
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.584	6.515
1.02.04	Intangível	743.440	733.510
1.02.04.01	Intangíveis	743.440	733.510
1.02.04.01.02	Direito de Outorga da Concessão	519.897	522.450
1.02.04.01.03	Direito de Exploração da Infraestrutura	222.901	210.414
1.02.04.01.04	Direito de Uso de Software	642	646

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	798.977	792.424
2.01	Passivo Circulante	545.240	533.174
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.295	3.505
2.01.01.01	Obrigações Sociais	428	405
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.867	3.100
2.01.02	Fornecedores	24.965	21.249
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	24.965	21.249
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.045	2.920
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.138	1.778
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.138	1.778
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	907	1.142
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	501.114	481.438
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	501.114	481.438
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	501.114	481.438
2.01.05	Outras Obrigações	666	814
2.01.05.02	Outros	666	814
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	417	539
2.01.05.02.05	Outros Passivos	249	275
2.01.06	Provisões	13.155	23.248
2.01.06.02	Outras Provisões	13.155	23.248
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	13.155	23.248
2.02	Passivo Não Circulante	49.368	51.842
2.02.02	Outras Obrigações	42.286	41.358
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	39.184	38.195
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	39.184	38.195
2.02.02.02	Outros	3.102	3.163
2.02.02.02.03	Outros Passivos	3.102	3.163
2.02.04	Provisões	7.082	10.484
2.02.04.02	Outras Provisões	7.082	10.484
2.02.04.02.04	Provisões para Demandas Judiciais	1.220	1.480
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	0	4.837
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	5.862	4.167
2.03	Patrimônio Líquido	204.369	207.408
2.03.01	Capital Social Realizado	223.578	223.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-19.209	-16.170

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	65.656	36.017
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-45.604	-19.181
3.03	Resultado Bruto	20.052	16.836
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.358	-2.591
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.358	-2.591
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.023	-2.380
3.04.02.02	Honorários da Administração	-335	-211
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	16.694	14.245
3.06	Resultado Financeiro	-21.043	-19.347
3.06.01	Receitas Financeiras	668	1.870
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.711	-21.217
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-4.349	-5.102
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.310	1.587
3.08.01	Corrente	1.310	1.587
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-3.039	-3.515
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-3.039	-3.515
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,13600	-0,15700

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	-3.039	-3.515
4.03	Resultado Abrangente do Período	-3.039	-3.515

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	25.087	17.086
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	22.343	19.649
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-3.039	-3.515
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-1.310	-1.587
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	3.622	3.041
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias - Obrigações Poder Concedente	710	3.105
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias - Empréstimos e Financiamentos	19.676	16.906
6.01.01.06	Juros sobre Mútuos com Partes Relacionadas	989	943
6.01.01.08	Provisão para Manutenção em Rodovias	1.695	756
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.744	-2.563
6.01.02.01	Contas a Receber	1.343	1.023
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	277	520
6.01.02.03	Outros Ativos	-1.038	-1.211
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	3.716	-1.956
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	-122	-19
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	-875	-242
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	-210	-671
6.01.02.08	Provisão para Demandas Judiciais - Pagamentos	-260	0
6.01.02.09	Outros Passivos	-87	-7
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-30.261	-12.154
6.02.01	Investimentos no Ativo Imobilizado	-1.199	-89
6.02.02	Investimentos no Ativo Intangível	-13.422	-3.604
6.02.03	Provisão para Investimento em Rodovias - Pagamentos	-15.640	-8.461
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.174	4.932
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	27.347	75.125
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	22.173	80.057

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-16.170	0	207.408
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-16.170	0	207.408
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.039	0	-3.039
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.039	0	-3.039
5.05.02.06	Prejuízos Acumulados	0	0	0	-3.039	0	-3.039
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	-19.209	0	204.369

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-4.969	0	218.609
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-4.969	0	218.609
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.515	0	-3.515
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.515	0	-3.515
5.05.02.06	Prejuízos Acumulados	0	0	0	-3.515	0	-3.515
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	-8.484	0	215.094

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	69.101	39.067
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	39.999	35.306
7.01.02	Outras Receitas	29.102	3.761
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	29.025	3.657
7.01.02.02	Receitas Acessórias	77	104
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-41.232	-18.252
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.006	-13.533
7.02.04	Outros	-30.226	-4.719
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-29.025	-3.657
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-1.201	-1.062
7.03	Valor Adicionado Bruto	27.869	20.815
7.04	Retenções	-3.622	-3.041
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.622	-3.041
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	24.247	17.774
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	668	1.870
7.06.02	Receitas Financeiras	668	1.870
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	24.915	19.644
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	24.915	19.644
7.08.01	Pessoal	4.971	3.828
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.694	3.127
7.08.01.02	Benefícios	1.277	701
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.279	1.464
7.08.02.01	Federais	299	-166
7.08.02.03	Municipais	1.980	1.630
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.704	17.867
7.08.03.01	Juros	20.665	17.849
7.08.03.02	Aluguéis	39	18
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-3.039	-3.515
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.039	-3.515



Concessionária Rodovias do Tietê – 2012

As informações não financeiras incluídas no Comentário de Desempenho, assim como os percentuais derivados, não foram revisados pelos nossos auditores independentes.

A administração da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. doravante denominada “Concessionária”, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório de Desempenho e as correspondentes Informações Contábeis Intermediárias contidas no formulário ITR da Comissão de Valores Mobiliários referentes ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, acompanhado do relatório de revisão dos auditores independentes.

Mensagem da Administração

Em abril de 2009, a Concessionária Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 1,3Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e a construção dos Contornos de Piracicaba e Maristela que contribuirão com o desenvolvimento econômico da



região e proporcionarão mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.

Desempenho Econômico Financeiro

Receitas

A Concessionária obteve, nos três primeiros meses de 2012, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 39.999 mil (R\$ 35.306 mil no mesmo período de 2011). No mesmo período, arrecadou R\$ 77 mil (R\$ 104 mil no 1º trimestre de 2011) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISS (5%), PIS (0,65%) e COFINS (3%) totalizando R\$ 3.445 mil em 2012 e R\$ 3.050 mil em 2011.

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no primeiro trimestre de 2012, R\$ 29.025 mil de receita de construção contra R\$ 3.657 mil em 2011 com contrapartida nos custos de construção, com margem igual a zero.

De acordo com o CPC30 – Receitas, o reconhecimento da receita dos serviços prestados deve ser feito pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Concessionária utilizou, para esse fim, margem zero nas receitas oriundas e nos custos incorridos relativos à construção da infraestrutura concedida.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem os dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, gastos com pessoal e o custo referente à outorga variável de 3% sobre a arrecadação de pedágio e receitas acessórias.

Os custos de construção da infraestrutura referem-se à provisão dos custos com conservação especial projetado para a primeira intervenção que ocorrerá até 2014, a valor presente, conforme plano de investimento firmado com a ARTESP na assinatura do contrato de concessão, além da amortização do intangível.



Segue abaixo breve resumo das receitas e das despesas operacionais

Em R\$ Mil	31/03/2012	31/03/2011
Receita Bruta	46.813	36.379
Receitas de Pedágio	39.999	35.306
Receita de Construção	29.025	3.657
Outras Receitas	77	104
(-) Deduções de receita	3.445	3.050
Receita Líquida	65.656	36.017
(-) Custos e Despesas Operacionais	(16.315)	(15.074)
(-) Custos de Construção	(29.025)	(3.657)
EBITDA	20.316	17.286
Margem EBITDA (sem efeito das receitas e despesas de construção)	55,46%	53,42%

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 refere-se às receitas financeiras, oriundas de aplicações de baixo risco (Certificado de Depósito Bancário – CDB), deduzidas das despesas financeiras, compostas pelos juros e comissões sobre a terceira série de notas promissórias emitidas em dezembro de 2011 no montante de R\$ 484.200 mil.

Empréstimos e Financiamentos

Em abril de 2009 foram contratadas Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) no valor de R\$ 357.000 mil, para permitir à Companhia efetuar os pagamentos do ônus fixo da concessão devidos à ARTESP pela outorga da concessão, podendo, adicionalmente, terem sido destinados à realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. O vencimento original desses contratos era em 08 de outubro de 2010, o qual foi prorrogado para dezembro de 2010, remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidos de 5,5% ao ano.



Essas Cédulas de Crédito Bancário foram liquidadas em dezembro de 2010, quando foram emitidas notas promissórias, com vencimento para 21 de junho de 2011, remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidos de 3,7% ao ano. Esses títulos de dívida estão garantidos por aval dos acionistas e fiança bancária. Os recursos foram destinados para liquidação das Cédulas de Créditos Bancários e financiamento dos investimentos em obras previstas no Contrato de Concessão.

Em 21 de junho de 2011 foi emitida a segunda série de notas promissórias, para liquidação da primeira série. Este financiamento de curto prazo foi liquidado em 17 de dezembro de 2011 via emissão da terceira série de notas promissórias necessárias para quitação do financiamento de curto prazo, durante as negociações para emissão de debêntures. A estimativa da administração é a obtenção destes recursos de longo prazo no primeiro semestre de 2012.

Investimentos e Ativo Intangível

Os investimentos realizados nos três primeiros meses de 2012 representaram R\$ 30.261 mil e foram destinados para a ampliação, conservação e manutenção das rodovias, compra de equipamentos, construção de instalações e implantação de elementos de segurança e de sinalização.

Após a adoção do ICPC 01, todo investimento em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a ampliação ou manutenção da infraestrutura concedida, passou a ser classificado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal, sobre a vida útil dos bens, é reconhecido no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado pela curva anual de demanda de tráfego nos trinta anos de Concessão.



Gestão de Pessoas

O capital humano é o principal ativo de uma companhia e, sob esta ótica, a Rodovias do Tietê preocupa-se constantemente com a valorização e desenvolvimento de todo o seu time de mais de 400 funcionários.

Com base nessa filosofia de atuação, a área de recursos humanos está estruturada para realizar a gestão de pessoas no que tange a política de remuneração e benefícios, avaliação de desempenho, processos de admissão e demissão e treinamentos.

Esses três primeiros anos de operação foram fundamentais para a construção de uma equipe competente e comprometida com os objetivos traçados, permitindo à Concessionária atender e superar as necessidades dos usuários e da sociedade.

Para isso foram definidas as necessidades e a aplicação de treinamentos específicos, tanto para as equipes operacionais quanto administrativas. Definiu-se, também a metodologia de avaliação e remuneração por desempenho.

Responsabilidade Social

A Rodovias do Tietê é formada por um grande time de profissionais dedicado a fazer o melhor pelos usuários do seu sistema viário. Atividades educativas realizadas pelos colaboradores da empresa em parceria com o Policiamento Rodoviário conscientizam para a segurança de quem trafega ou mora perto de uma rodovia.

Foram 18 campanhas ao longo de 2011 que abordaram mais de 7.300 pessoas, entre adultos e crianças, todos multiplicadores de uma nova consciência para um trânsito melhor e mais respeitoso. As campanhas fazem parte do Programa de Redução de Acidentes adotado pela concessionária conforme orientação da Artesp.

As principais campanhas foram:



- Campanha Álcool e Direção;
- Quarta no Quartel;
- Café na Passarela;
- Campanha para motociclistas;
- Campanha de uso do cinto de segurança;
- Semana Nacional do Trânsito: Campanha Seleção da Estrada;
- Campanha para pedestres

Responsabilidade Ambiental

Além de se preocupar com a segurança e infraestrutura de quem viaja pelo seu trecho, a Concessionária Rodovias do Tietê também está atenta ao meio ambiente. A empresa elabora e implanta, periodicamente, planos de gestão ambiental para obras ao longo do sistema concessionado, incluindo o acompanhamento ambiental por profissionais especializados.

As árvores e vegetação nativas eventualmente suprimidas para realização das obras são compensadas pelo plantio de novas unidades em quantidade e locais aprovados pelos órgãos ambientais.

Além disso, pela segunda vez a Concessionária Rodovias do Tietê realizou a ação “Deixe o mundo mais verde” – lema da Campanha em homenagem ao Dia da Árvore (21 de setembro) e início da Primavera (23 de setembro) e que distribuiu mudas de Ipê Roxo (*Tabebuia avellanedae*) e Aroeira Pimenteira (*Schinus terebinthifolia*) aos usuários do sistema concessionado. A distribuição de 15 mil mudas de árvores aconteceu em todas as nove praças de pedágio, além de marcar mais uma edição da Semana Nacional de Trânsito.



Relacionamento com auditores externos

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, informamos que durante o período de três meses findo em 31 de março de 2012, a Companhia não contratou, junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa.

Considerações Finais

As demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A, apresentadas neste relatório, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas.

Conselho de Administração
Alexandre Tujisoki
José Renato Ricciardi
Pedro Rache
Rafael Negrão Rossi
Sergio Santillan
Tiago Caseiro

Diretoria Executiva
Sebastião Ricardo C. Martins
Paulo Jorge C. Fernandes

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT” ou “Companhia”), com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, Estado de São Paulo, foi constituída em 19 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”).

A Companhia tem como objetivo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação e exploração, mediante concessão onerosa, do Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, sob a forma determinada no Edital de Concorrência Pública Internacional nº. 005/2008, definido por Corredor Marechal Rondon Leste incluído na 2ª Etapa da 2ª Fase do Programa de Concessões de Rodoviárias do Estado de São Paulo, cujo leilão foi promovido pela ARTESP em 29 de outubro de 2008. O corredor é constituído por trecho da Rodovia SP-300 e acessos, totalizando 417 km. O prazo da concessão é de 30 anos, contados da data da transferência de controle.

O Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo foi instituído em março de 1998, em decorrência do Programa Estadual de Desestatização instituído pela Lei Estadual nº. 9.361, de 1996. O regime escolhido foi o de concessão por prazo certo, durante o qual as concessionárias se responsabilizam, por sua conta e risco, pela totalidade dos investimentos e recursos necessários ao cumprimento dos contratos, remunerados pela cobrança de pedágios e por outras receitas acessórias, a exemplo da exploração de publicidade.

O ônus fixo, estabelecido no Contrato de Concessão Rodoviária, para pagamento à ARTESP, foi de R\$517 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPC-A, pagos 20% à vista e o restante em 18 parcelas mensais e consecutivas (de maio de 2009 a outubro de 2010). A Companhia reconheceu o direito de uso e exploração, registrados no ativo intangível, como “direito da outorga de concessão”, tendo como contrapartida o passivo na rubrica “credor pela concessão”.

Adicionalmente, a Companhia possui a obrigação de pagamento mensal do ônus variável, correspondente a 3% da receita bruta de arrecadação de pedágio. Os recursos necessários para pagamento do direito de outorga da concessão foram obtidos por meio de financiamentos bancários.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

O Corredor Marechal Rondon Leste tem como eixo principal a rodovia SP-300, que é uma importante rodovia radial de atendimento da região oeste do Estado de São Paulo. A rodovia SP-300 tem diretriz noroeste, passando pelas regiões de Botucatu, Bauru e Araçatuba. Com a construção da Rodovia Castelo Branco (SP-280), em 1969, essa rodovia perdeu parte da sua importância, adquirindo o papel de principal via radial de sua região. A rodovia se inicia no km 62 da via Anhanguera, no município de Jundiá, e segue na direção noroeste por cerca de 600 km até a divisa do Estado de São Paulo com o Estado do Mato Grosso do Sul, atravessando dezenas de cidades, dentre as quais Itu, Porto Feliz, Tietê, Laranjal Paulista, Botucatu, São Manuel, Lençóis Paulista, Agudos, Bauru, Pirajuí, Cafelândia, Lins, Promissão, Penápolis, Araçatuba, Guararapes, Valparaíso, Mirandópolis e Andradina.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Pavimentos (recuperações): plano de restauração do pavimento existente, compreendendo toda malha rodoviária sob responsabilidade da Companhia, abrangendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300, SP-308 e contornos, além dos respectivos acessos, totalizando cerca de 345 km de rodovias e contornos e 62 km de acessos;
- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-113, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e,
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidade da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de março de 2012, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$1.116 milhões (R\$2.340 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Os valores dos investimentos poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

No dia 17 de novembro de 2009 à zero hora, a Companhia iniciou a cobrança das tarifas nas 9 praças de pedágio de sua responsabilidade, com base na autorização da ARTESP, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de novembro de 2009. Anteriormente a essa data, a Companhia possuía uma praça de pedágio ativa, cuja cobrança ocorria em apenas um sentido da via. Essa praça foi recebida do Governo do Estado no ato da assinatura do Contrato de Concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Situação financeira

Tal como esperado nas projeções financeiras do modelo de negócio para os primeiros anos de atividade, a Companhia tem incorrido em prejuízos operacionais, tendo apurado prejuízo líquido de R\$3.039 no período de três meses findo em 31 de março de 2012 e, naquela data, apresentou um excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante de R\$506.191. Nessa data, o endividamento da Companhia estava composto por notas promissórias com vencimento para 13 de junho de 2012, no montante de R\$501.114 (vide nota explicativa nº 9), remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidas de 3,7% ao ano.

A Companhia pretende captar, em 2012, recursos no valor principal total de até R\$650.000 através da emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única. Esses recursos serão utilizados para a liquidação das notas promissórias e para a realização dos investimentos necessários ao atendimento das obrigações (Capex) decorrentes da Concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Situação financeira--Continuação

A obtenção desses recursos financeiros propiciará à Companhia mudar o perfil da dívida, eliminando os compromissos de curto prazo e reduzindo as despesas financeiras, em função dos encargos financeiros menores que deverão incidir sobre o valor principal dessa operação.

Em 09 de fevereiro de 2012, a Comissão de Valores Mobiliários concedeu à Companhia o registro de companhia aberta. A Companhia planejava efetuar uma emissão de debêntures, conforme a instrução CVM nº 400, entretanto, em 26 de março de 2012, a Companhia contratou o Banco Barclays para a estruturação de uma nova operação com recursos oriundos totalmente via emissão de debêntures e com o amparo da Lei nº 12.431, que prevê isenção de impostos para investidores nacionais e estrangeiros para investimentos de infraestrutura. Devido ao curto prazo para a emissão e distribuição dos papéis, a Companhia optou por seguir a instrução CVM 476, que prevê um máximo de 50 investidores para a oferta, a qual está em andamento em 15 de maio de 2012. A emissão, conforme CVM nº 400, foi cancelada.

Os acionistas e certas partes intervenientes garantidoras comprometem-se, em um acordo de suporte financeiro celebrado entre as partes, durante o período entre a assinatura do acordo e a integral liquidação das notas promissórias, entre outros compromissos, a efetuar todos os aportes de recursos na Companhia e/ou reforço de garantias, solicitados pela administração da Companhia, no limite das respectivas participações acionárias na Companhia, para assegurar:

(i) a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 75/25;

(ii) o resgate antecipado das notas promissórias que não forem objeto de liquidação com os recursos obtidos com a emissão de debêntures pela Companhia;

(iii) que seja suprida toda e qualquer insuficiência de recursos que se façam necessários para suportar os investimentos e ou para regular a operação do projeto, sendo que tais recursos poderão ser aportados sob a forma de mútuo e/ou empréstimo subordinado, em termos e condições de subordinação satisfatórios aos titulares das Notas Promissórias; e,

(iv) o pagamento das notas promissórias por ocasião de seu vencimento, antecipado ou não, incluindo principal, juros e demais encargos.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação

As informações contábeis intermediárias da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis intermediárias da Companhia para o período de três meses findo em 31 de março de 2012 foram elaboradas de acordo o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de maio de 2012.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de março de 2012.

Os pronunciamentos IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração, IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos, IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 – Mensurações do Valor Justo, IAS 27 (R) – Demonstrações Consolidadas e Separadas e IAS 28 (R) – Investimentos em Coligada e em Controlada passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera nenhum impacto significativo em suas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias pela adoção destes pronunciamentos.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas consideradas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e bancos	2.891	1.886
Aplicações financeiras	<u>19.282</u>	<u>25.461</u>
	<u>22.173</u>	<u>27.347</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

5. Contas a receber

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Pedágio eletrônico a receber	10.509	11.727
Cartões de pedágio a receber	350	391
Receitas acessórias	73	-
Valores em trânsito	<u>1.350</u>	<u>1.507</u>
	<u>12.282</u>	<u>13.625</u>

A administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011. Os valores a receber vencem em até 45 dias e não há créditos em atraso.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

6. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	8.766	6.602
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	415	503
Provisão para participação nos lucros	510	689
Outras provisões	168	228
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (ii):		
Provisão para manutenção de rodovias	1.993	1.416
Provisão para investimentos em rodovias	4.473	9.548
Diferenças sobre imobilizado e intangível, líquida	1.374	(3.942)
Reversão do ajuste a valor presente de credor pela concessão (i)	1.676	1.743
	<u>19.375</u>	<u>16.787</u>
Passivo:		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (ii):		
Amortização – curva de tráfego (iii)	(10.796)	(9.518)
	<u>(10.796)</u>	<u>(9.518)</u>
Líquido	<u>8.579</u>	<u>7.269</u>

- (i) Refere-se ao efeito tributário sobre a reversão, em 2010, do ajuste a valor presente, registrado em 2009, na rubrica Credor por concessão, em contrapartida do Intangível. Em 2009, a Companhia não optou pelo RTT – Regime Tributário de Transição, dessa forma, a reversão do ajuste a valor presente registrado em 2009 foi considerada indedutível na apuração do imposto de renda e contribuição social de 2010. Esse ativo fiscal diferido está sendo realizado concomitantemente à amortização do Intangível.
- (ii) Refere-se ao efeito tributário sobre as diferenças temporárias apuradas em decorrência dos ajustes trazidos pela adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (iii) Refere-se aos tributos diferidos sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

6. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Amparada no parágrafo único do artigo 2º da Instrução CVM 371, a Companhia contabilizou os créditos tributários sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base em estudo técnico que evidencia a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos tributários em prazo inferior a 10 anos. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2012. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes às previsões.

b) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	16.787	(9.518)	7.269
Efeito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social do período	2.164	-	2.164
Diferenças temporárias:			
Provisão para demandas judiciais	(88)	-	(88)
Provisão para participação nos lucros	(179)	-	(179)
Outras provisões	(60)	-	(60)
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:			
Provisão para manutenção de rodovias	577	-	577
Provisão para investimentos em rodovias			
Atualização monetária	91	-	91
Reversão do ajuste a valor presente	150	-	150
Pagamento da provisão pela realização de obras	(5.316)	-	(5.316)
Reversão do ajuste a valor presente de credor pela concessão	(67)	-	(67)
Diferença sobre imobilizado e intangível, líquida	5.316	-	5.316
Amortização – curva de tráfego	-	(1.278)	(1.278)
Saldo em 31 de março de 2012	<u>19.375</u>	<u>(10.796)</u>	<u>8.579</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

6. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

c) Imposto de renda e contribuição social no resultado do trimestre

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(4.349)	(5.102)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	1.478	1.735
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Realização do ajuste a valor presente sobre credor pela concessão	(67)	(67)
Diferenças permanentes	(101)	(81)
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado do trimestre	<u>1.310</u>	<u>1.587</u>
Alíquota efetiva	<u>30%</u>	<u>31%</u>

7. Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	31/03/2012			31/12/2011
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Equipamentos da administração	10 a 20	8.462	(878)	7.584	6.515
		<u>8.462</u>	<u>(878)</u>	<u>7.584</u>	<u>6.515</u>

b) Movimentação

	Trimestre findo em 31 de março de 2012		
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Custo			
Equipamentos da administração	7.263	1.199	8.462
Total do custo	7.263	1.199	8.462
Depreciação	(748)	(130)	(878)
Líquido	<u>6.515</u>	<u>1.069</u>	<u>7.584</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

8. Intangível

a) Composição

		31/03/2012			31/12/2011
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(22.346)	519.898	522.450
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(ii)	96.036	(4.374)	91.662	92.162
Serviços de construção - obras concluídas	(iii)	81.762	(2.222)	79.540	74.366
Serviços de construção - em andamento	(iii)	44.856	-	44.856	37.007
Outros	(iv)	7.155	(312)	6.843	6.879
Direito de uso de software		938	(297)	641	646
		772.991	(29.551)	743.440	733.510

- (i) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente e acrescido da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. Substancialmente as praças de pedágio entraram em operação em novembro de 2009.
- (ii) Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente com o objetivo de atender um nível específico de operacionalidade, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. A Companhia reconheceu esse ativo intangível, na data de adoção da ICPC 01 (IFRIC 12), em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 11.b).
- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir à medida em que os serviços de construção são prestados.
- (iv) Refere-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. A Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio, em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 11.b).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

8. Intangível--Continuação

b) Movimentação

	Trimestre findo em 31 de março de 2012			
	Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Custo				
Direito de outorga da concessão	542.244	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura				
Gastos iniciais da concessão	96.036	-	-	96.036
Serviços de construção - obras concluídas	76.226	-	5.536	81.762
Serviços de construção - em andamento	37.007	13.385	(5.536)	44.856
Outros	7.155	-	-	7.155
Direito de uso de software	901	37	-	938
	<u>759.569</u>	<u>13.422</u>	<u>-</u>	<u>772.991</u>
Amortização				
Direito de outorga da concessão	(19.794)	(2.552)	-	(22.346)
Direito de exploração da infraestrutura				
Gastos iniciais da concessão	(3.874)	(500)	-	(4.374)
Serviços de construção - obras concluídas	(1.860)	(362)	-	(2.222)
Outros	(276)	(36)	-	(312)
Direito de uso de software	(255)	(42)	-	(297)
	<u>(26.059)</u>	<u>(3.492)</u>	<u>-</u>	<u>(29.551)</u>
Líquido	<u>733.510</u>	<u>9.930</u>	<u>-</u>	<u>743.440</u>

A amortização dos ativos intangíveis é calculada de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão.

9. Notas promissórias

<u>Instituição financeira</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Banco do Brasil S.A.	144.784	139.121
BES Investimento do Brasil S.A.	144.759	139.060
Banco ABC Brasil S.A.	66.812	64.184
HSBC Bank Brasil S.A.	100.218	96.277
Banco Caixa Geral S.A.	44.541	42.796
	<u>501.114</u>	<u>481.438</u>

Referem-se a notas promissórias comerciais, emitidas em 15 de dezembro de 2011, com vencimento para 13 de junho de 2012 e remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 3,7% ao ano.

Em 31 de março de 2012, a taxa efetiva de juros das notas promissórias era de 16,18% (18,14% em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

9. Notas promissórias--Continuação

Esses títulos de dívida estão garantidos por avais de acionistas e de certas partes intervenientes garantidoras, além de: (a) Alienação Fiduciária da totalidade das Ações da Emissora exceção feita àquelas detidas por membros da diretoria e ou Conselho de Administração; (b) Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Concessão e de Direitos de Crédito; e, (c) Contrato de Suporte de Acionistas, que requer a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 75/25.

As demais explicações referentes a essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

10. Partes relacionadas

a) Remuneração da administração

Nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Remuneração fixa (1)	(228)	(211)
Remuneração variável (2)	(107)	-
	<u>(335)</u>	<u>(211)</u>

(1) Inclui salários e honorários da administração, férias, 13º salário e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

(2) Refere-se à participação nos resultados, mencionada na nota explicativa nº 17.

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na nota explicativa nº 17.

b) Mútuos a pagar

	<u>Mútuos a pagar</u>		<u>Despesas financeiras no trimestre</u>	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Cibe Investimentos e Participações S.A.	19.592	19.096	494	472
Opway - Engenharia S.A.	15.674	15.279	395	377
Leão & Leão Ltda.	3.918	3.820	99	94
	<u>39.184</u>	<u>38.195</u>	<u>988</u>	<u>943</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

b) Mútuos a pagar--Continuação

Os contratos de mútuos foram celebrados em 09 de agosto de 2010, conforme previsto no Contrato de Suporte de Acionistas celebrado entre a Companhia, os acionistas e os credores (vide notas explicativas nº 1 e 9).

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores, e são remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês.

11. Provisões

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Provisão para demandas judiciais	1.220	1.480
Provisão para investimentos em rodovias	13.155	28.085
Provisão para manutenção em rodovias	5.862	4.167
	<u>20.237</u>	<u>33.732</u>
Parcela classificada no passivo circulante	<u>(13.155)</u>	<u>(23.248)</u>
Não circulante	<u>7.082</u>	<u>10.484</u>

a) Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas advindos do curso normal de suas operações e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

A Administração constitui provisão para perdas, considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

A movimentação da provisão no trimestre findo em 31 de março de 2012 foi como segue:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2011</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/03/2012</u>
Trabalhistas	1.480	(260)	1.220
	<u>1.480</u>	<u>(260)</u>	<u>1.220</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação

a) Provisão para demandas judiciais--Continuação

Adicionalmente, em 31 de março de 2011, a Companhia possui o equivalente à R\$1.849 de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade reduzida de perdas, razão pela qual a administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais, conforme comentado na nota explicativa nº 8. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível. Segue a movimentação no período:

	Trimestre findo em 31 de março de 2012				Saldo final
	Saldo inicial	Atualização monetária	Reversão do AVP	Pagamento	
Provisão para investimentos	28.861	266	-	(15.640)	13.487
Ajuste a valor presente (AVP)	(776)	-	444	-	(332)
	28.085	266	444	(15.640)	13.155

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	31/03/2012	31/12/2011
2012	8.318	23.248
2013	4.837	4.837
	13.155	28.085

c) Provisão para manutenção em rodovias

Foi constituída com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do resultado do período. O passivo, a valor presente, foi progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, conforme movimentação abaixo:

	Saldo em 31/12/2011	Adição	Saldo em 31/03/2012
Provisão para manutenção	8.917	3.022	11.939
Ajuste a valor presente (AVP)	(4.750)	(1.327)	(6.077)
Saldo	4.167	1.695	5.862

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação

c) Provisão para manutenção em rodovias--Continuação

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada 5 anos), sinalização de rodovias (a cada 8 anos) e sistemas de controles (a cada 10 anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2017	2.156	1.002
2018	565	484
2019	1.959	1.730
2020	515	437
2021	667	514
	5.862	4.167

12. Patrimônio líquido

No trimestre findo em 31 de março de 2012, não houve alteração no capital social ou modificação no estatuto social da Companhia. Conseqüentemente, as demais explicações referentes a essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 12 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

13. Receita operacional líquida

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Receita com arrecadação de pedágio	39.999	35.306
Receita de serviços de construção	29.025	3.657
Receitas acessórias	77	104
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(3.445)	(3.050)
	65.656	36.017

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços – ISS (de 4,5% a 5%), Programa de integração social – PIS (0,65%) e Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS (3,00%).

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

14. Custo dos serviços prestados

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Com pessoal	(3.842)	(3.233)
Serviços de terceiros	(3.361)	(4.056)
Depreciação e amortização	(3.450)	(2.953)
Ônus variável da concessão	(1.201)	(1.062)
Manutenção e conservação	(1.953)	(2.072)
Custo dos serviços de construção	(29.025)	(3.657)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 11.c)	(1.695)	(756)
Outros	(1.078)	(1.392)
	<u>(45.605)</u>	<u>(19.181)</u>

15. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Com pessoal (Nota 17)	(4.971)	(3.828)
Serviços de terceiros	(3.495)	(5.489)
Depreciação e amortização	(3.622)	(3.041)
Ônus variável da concessão	(1.201)	(1.062)
Manutenção e conservação	(1.812)	(2.072)
Custo dos serviços de construção	(29.025)	(3.657)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 11.c)	(1.695)	(756)
Seguros e garantias	(506)	(944)
Outros	(2.301)	(712)
	<u>(48.628)</u>	<u>(21.561)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(45.605)	(19.181)
Despesas gerais e administrativas	(3.023)	(2.380)
	<u>(48.628)</u>	<u>(21.561)</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

16. Resultado financeiro

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(19.676)	(16.906)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 10.b)	(989)	(943)
Variação monetária sobre as obrigações com o Poder Concedente	(710)	(3.105)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(144)	(1)
Outras despesas financeiras	(192)	(262)
	<u>(21.711)</u>	<u>(21.217)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	665	1.870
Outros	3	-
	<u>668</u>	<u>1.870</u>
Resultado financeiro	<u>(21.043)</u>	<u>(19.347)</u>

17. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Salários e encargos sociais	3.694	3.127
Benefícios previstos em lei	393	349
Benefícios adicionais	337	352
Plano de participação nos resultados	547	-
	<u>4.971</u>	<u>3.828</u>

As demais explicações referentes a essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 17 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

18. Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido ou prejuízo do período pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido ou prejuízo pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais diluídas ou dívidas conversíveis em ações ordinárias. Portanto, o resultado básico e diluído por ação são equivalentes.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Numerador:		
Prejuízo do trimestre	<u>(3.039)</u>	<u>(3.515)</u>
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>22.357.800.000</u>	<u>22.357.800.000</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações - R\$	(0,136)	(0,157)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se do risco cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira.

A alta administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, notas promissórias e mútuos a pagar a partes relacionadas. Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e a variação da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), que é o indexador das dívidas da Companhia.

- Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos e mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A Companhia monitora as flutuações das diversas taxas de juros atreladas aos seus ativos e passivos monetários e, em caso de aumento da volatilidade dessas taxas, pode vir a operar com derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos, instrumento este normalmente não utilizado pela administração face aos riscos inerentes.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a. Risco de mercado--Continuação

- Risco de taxa de juros--Continuação

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no resultado da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto das aplicações financeiras, notas promissórias e mútuos a pagar a partes relacionadas sujeitos a variação da taxa média do CDI).

Passivo financeiro	Risco	Impacto no resultado do trimestre (1)		
		Cenário I Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
CDI		9,48%	11,85%	14,22%
Notas Promissórias	Aumento do CDI	(13.103)	(15.304)	(17.467)
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	(4.356)	(5.393)	(6.433)

Ativo financeiro	Risco	Impacto no resultado do trimestre (1)		
		Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
CDI		9,48%	7,11%	4,74%
Aplicações financeiras	Queda do CDI	1.828	1.371	914

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer ou rendimentos a auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do respectivo contrato, o que for menor.

b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b. Risco de crédito--Continuação

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é o valor registrado na rubrica Caixa e equivalentes de caixa, no balanço patrimonial.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

c. Risco de liquidez--Continuação

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de março de 2012 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Notas promissórias (Nota 9)	501.114	-	-	501.114
Fornecedores e prestadores de serviços	24.965	-	-	24.965
Credor pela concessão	417	-	-	417
Obrigações tributárias	2.045	-	-	2.045
Obrigações trabalhistas	3.295	-	-	3.295
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	-	-	39.184	39.184
Outros passivos	249	-	3.102	3.351
Total	532.085	-	42.286	574.371

d. Valores justos dos ativos e passivos financeiros

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os ativos e passivos financeiros não diferem dos seus valores de mercado, devido à sua indexação a juros de mercado, quando aplicável, e/ou natureza de curto prazo.

e. Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado. Os acionistas asseguram a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 75/25, como mencionado nas notas explicativas nº 1 e 9.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

e. Gestão do capital social--Continuação

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: notas promissórias e mútuos a pagar a partes relacionadas, menos caixa e equivalentes de caixa.

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Notas promissórias	501.114	481.438
Mútuos a pagar a partes relacionadas	39.184	38.195
(-) Caixa e equivalente de caixa	(22.173)	(27.347)
Dívida líquida	<u>518.125</u>	<u>492.286</u>
Patrimônio líquido	<u>204.369</u>	<u>207.408</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>722.494</u>	<u>699.694</u>

20. Seguros

No trimestre findo em 31 de março de 2012, não houve mudanças nas coberturas de seguros, valor das apólices e riscos envolvidos. Desta forma, não houve alterações em relação às divulgações da nota explicativa nº 20 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Salto - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos

que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos

uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Em 31 de março de 2012, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes e prejuízo apurado no exercício findo naquela data. Conforme comentado na nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, a liquidação das notas promissórias depende do sucesso na obtenção de recursos financeiros de longo prazo. Adicionalmente, conforme também mencionado nessa nota explicativa, o empreendimento proporcionará diversas melhorias viárias, com orçamento significativo previsto para os próximos anos, cuja execução dependerá substancialmente dos recursos de longo prazo a serem obtidos e de eventual aporte de capital por parte dos acionistas. A recuperação dos valores investidos no ativo imobilizado e intangível, além de outros ativos não circulantes, depende do êxito do projeto e da conseqüente geração de resultados positivos futuros.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 15 de maio de 2012

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP015199/O-6

B. Alfredo Baddini Blanc

Contador CRC 1SP126402/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rua Rafael de Campos 615, Centro, Tietê, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., relativamente às informações financeiras trimestrais da Concessionária referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras trimestrais da Concessionária relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2012.

Tietê, 15 de maio de 2012.

Sebastião Ricardo C. Martins

Diretor-Presidente

Paulo Jorge C. Fernandes

Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rua Rafael de Campos 615, Centro, Tietê, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., relativamente às informações financeiras trimestrais da Concessionária referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras trimestrais da Concessionária relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2012.

Tietê, 15 de maio de 2012.

Sebastião Ricardo C. Martins

Diretor-Presidente

Paulo Jorge C. Fernandes

Diretor Administrativo Financeiro

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração do texto das notas explicativas